

Presidente promete fidelidade à Carta

BRASÍLIA — O presidente José Sarney aproveitou o programa *Conversa ao Pé do Rádio* de ontem para jurar obediência à futura Constituição: "Uma vez votada a Constituição, serei seu servidor maior. Farei tudo, como tenho afirmado, para a sua viabilização, cumpri-la, torná-la um instrumento da sociedade e do Estado de Direito", disse o presidente.

Sarney disse que não é fácil abdicar-se do poder. "Mas tenho feito isso", acrescentou. "Desde o primeiro dia do meu governo tenho procurado descentralizar, passar atribuições, diminuir o arbítrio do presidente. Essa, eu considero a tarefa do homem de Estado", completou. O presidente falou também sobre suas viagens e o piso salarial.

"Democracia não é anarquia"

Trechos do pronunciamento do presidente José Sarney no programa *Conversa ao Pé do Rádio*:

"Chegamos a setembro, o mês da primavera, e estamos vencendo as nossas etapas. Os que cultivavam agosto como o mês do caos devem estar decepcionados: tempos de lutas, de apreensões, de mudança, de tensões. Mas a nossa História tem sido escrita sempre pela coragem e determinação de vencer obstáculos.

A Constituição está chegando ao seu final. É felizmente num clima de paz conseguimos atravessar divergências, sem violências nem rupturas. A minha contribuição tem sido a da paciência, da compreensão, do verdadeiro sentido democrático de compreender que a liberdade, a democracia, tem que ser exercitada para aprender-se que nos excessos ficam como exemplos do que não é a democracia nem a liberdade.

A democracia não é a anarquia, não é a desordem, não é a prepotência. Ela é saber ganhar e perder o governo da maioria, respeitando os direitos da minoria.

Não foi fácil, nestes meses, conviver com duas ordens constitucionais: a que existia e existe na Constituição atual e a que nasce e nasce da Constituinte, na futura Constituição. Fiz muitas críticas a alguns pontos da nova Carta. Foram ditadas pelo patriotismo, pela visão de quem governa, pelo desejo de que o Brasil tenha o seu caminho de progresso e institucionalização facilitado. Nenhuma de caráter pessoal, nenhuma ditada pelo facciosismo e nenhuma por qualquer interesse subalterno ou qualquer interesse político. Mas, uma vez votada a Constituição, serei o seu servidor maior, farei tudo, como tenho afirmado, para a sua viabilização, cumpri-la, torná-la um instrumento da sociedade e do estado de direito. Para isso, ninguém, mais do que eu, tem procurado demonstrar o senso do dever. (...)

Não é fácil abdicar-se do poder, mas tenho feito isso. Desde o primeiro dia do meu governo, tenho procurado descentralizar, passar atribuições, diminuir o arbítrio do presidente. Essa, eu considero a tarefa do homem de Estado.

Várias vezes falei em um Congresso forte, capaz de fiscalizar

zar o Executivo, ajudá-lo na execução da obra pública e, agora, nós o teremos. Isso implica também em responsabilidades maiores para o nosso Congresso, que não pode agir por facciosismo nem por interesses menores. A política de agora em diante terá que ser feita com idéias, com programas, com grandeza! Se não for assim, a nova Federação, a nova Constituição poderá ser frustrada e poderá não alcançar o desejo dos constituintes.

É hora, portanto, de o Brasil dar um passo decisivo em seus costumes políticos. O Congresso do discurso, do Século XIX, tem que ser substituído pelo Congresso moderno, do trabalho, das comissões, do acompanhamento, da fiscalização, do controle feito de maneira correta e exata. O debate das palavras vazias tem que ser substituído pelos fatos da verdade, da acusação comprovada e não da maledicência. Novo tempo, tempos de mudanças, em que todos nós brasileiros temos grandes esperanças. Darei minha contribuição e a do Poder Executivo. Teremos essa responsabilidade. Fui parlamentar durante 25 anos, sempre desejei este instante, e espero contribuir para que ele se consolide. (...)

Vamos lembrar: quando eu assumi o governo, os assalariados tinham reajustamento semestral; a grande luta era a trimestralidade. Hoje, através da URP, temos a correção mensal e este mês essa correção está acima da taxa inflacionária. Os seus preços aumentam, aumentam os salários para manter o poder aquisitivo do povo.

Temos a menor taxa de desemprego da América Latina; embora o flagelo da inflação nos ataque, temos procurado evitar que trucidasse os mais fracos. A nossa indústria volta a crescer. As exportações aumentam, os trabalhadores têm cada vez mais poder de participação. A agricultura alcança os seus maiores índices em todos os tempos. O nosso comércio exterior demonstra um dinamismo nunca antes verificado.

Isso mostra que tenho enfrentado tempos difíceis, procurando preservar os setores essenciais e os mais pobres. O orçamento mandado ontem ao Congresso — devo repetir — mostra o esforço que fizemos para sanear as contas públicas".

Cinco mil advogados no 'trem da alegria'

BRASÍLIA — Um "trem da alegria" carregado de quatro a cinco mil advogados foi aprovado no novo texto constitucional, reunindo interesses de extremos ideológicos que vão de Saulo Ramos, consultor-geral da República, a Plínio de Arruda Sampaio, deputado do PT de São Paulo. O trem está embutido no artigo 137 da nova Carta, no capítulo das funções essenciais à administração da República. A proposta inicial, de Saulo Ramos, foi introduzida na Constituição por emenda apresentada por Plínio de Arruda Sampaio. O deputado Hélio

Duque (PMDB-PR) chegou a apresentar emenda supressiva contra o artigo, mas foi derrotado.

A criação da Advocacia Geral da União contrariou parecer interno da Procuradoria Geral da República, segundo admitiu ontem o procurador José Paulo Sepúlveda Pertence. De acordo com ele, a inovação atendeu a "uma tendência predominante na Constituinte" e vai representar "perdas quantitativas" para a procuradoria, que passará a se chamar Ministério Público. As funções perdidas são as de advogado do Estado e de árbitro da União nas questões judiciais que envolvem matéria tributária, que passam para a procuradoria do Ministério da Fazenda.

A última sessão da Constituinte

BRASÍLIA — Durante 1.015 votações ao longo da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães absteve-se de votar, alegando sua condição de presidente da Assembleia. Na madrugada de ontem, ele não resistiu e acabou votando, dando "sim" à emenda do deputado Sigmaringa Seixas e do senador Pompeu de Sousa, ambos do PSDB brasileiro, estabelecendo eleições diretas imediatas para governador do Distrito Federal. O voto de Ulysses foi de "minerva" — o placar eletrônico mostrava 202 votos "sim" e 202 "não" — mas a emenda foi derrotada por não ter conseguido 280 votos favoráveis.

O resultado naturalmente não agradou à ruidosa platéia de militantes e simpatizantes do PC do B, que pouco antes havia entrado em luta corporal com os agentes de segurança que tentavam apreender uma faixa pedindo diretas já para Brasília. Mas, poucos minutos depois, a mesma platéia aplaudia deliciada a derrota da emenda que possibilitaria ao senador Alexandre Costa, do PFL maranhense, assumir o governo do Distrito Federal sem perder seu mandato parlamentar.

Faltaram cinco votos para Costa, que, constrangido, deixou rapidamente o plenário. A esquerda festejou como se tivesse conseguido uma grande vitória política — na verdade, estava apenas experimentando o gostinho de derrotar mais uma vez o presidente Sarney.

Vaias e aplausos eram manifestações bem comportadas na última noite da Constituinte. Senadores e deputados divertiram-se jogando bolinhas de papel uns nos outros, fazendo "gaivotas" e picando papel para comemorar o final das votações. Pareciam colegiais no último dia de aulas, de vez em quando repreendidos pelo professor Ulysses Guimarães: "O povo brasileiro está nos acompanhando. Estou informado de que imagens desabonadoras a esta Casa estão sendo transmitidas. A Constituinte tem de ser respeitada".

CHORO

Muitos aplaudiam, mas as bolinhas e as gaivotas continuavam voando. O mais ativo era o deputado paulista Paulo Zarzur, do PMDB. O deputado paraibano Cássio Cunha Lima, o mais jovem da Constituinte, com 25 anos, encheu uma caixa de papelão com papel picado para jogar nos colegas.

Até os jornalistas picaram seus papéis, despejados da galeria de imprensa quando o deputado José Genoíno, do PT de São Paulo, agradeceu o trabalho da imprensa. Todos os constituintes viraram-se para onde estavam os repórteres e aplaudiram de pé. Uma repórter chorou.

A deputada Tutu Quadros, tucana paulista, desfilava pelo plenário com uma bandeira brasileira pregada no vestido. Fez tanto sucesso que a deputada Maria de Lourdes Abadia, tucana brasileira, pediu-lhe a bandeira emprestada por alguns minutos, para também desfilá-la. Tutu não só emprestou como tirou uma fotografia de Abadia.

A deputada brasileira não largou sua máquina fotográfica durante toda a sessão, fotografando o lixo espalhado pelo chão, a segurança, os colegas cochilando, os médicos e enfermeiros de plantão prontos a socorrer os que não agüentassem a vigília.

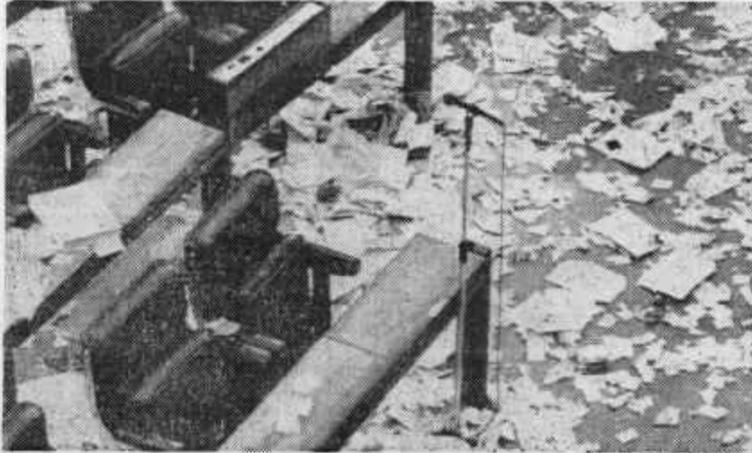
As brincadeiras aumentavam à medida que a sessão ia chegando ao fim. Os constituintes que se animavam a discursar eram inviolavelmente vaiados. O deputado paulista Sotero Cunha, do PMDB, falou durante quase cinco minutos sob intensa vaia, rasgando elogios a Ulysses Guimarães.

"Vamos votar. Códigos, códigos", repetia Ulysses, tentando apressar as votações no sistema eletrônico.

Cansados, os constituintes não perdiam a alegria. Saudaram a última votação, à 1h40, com papel picado, e ouviram com reverência o discurso final de Ulysses Guimarães. Depois cantaram o Hino Nacional, de mãos dadas.



Madrugada adentro, no esforço final, plenário cheio: muito cansaço e bastante euforia.



Texto pronto, microfone desligado: vez do papel picado



Cássio: papel de colegial

Promulgação será no dia 5 de outubro

BRASÍLIA — A nova Constituição brasileira será promulgada em 5 de outubro. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, marcou a data depois de conversar com os relatores da Constituição e acertar todo o cronograma necessário para corrigir a Carta e dar a ela sua redação final. Com o fim das votações do segundo turno na madrugada de ontem, o trabalho só não terminou para quatro constituintes, continuarão com expediente diário no Congresso Nacional, pelo menos até o dia 8.

Esses quatro são os relatores da nova Carta, Bernardo Cabral, José Fogaça, Adolfo de Oliveira e Antônio Carlos Konder Reis. Terminada a votação, eles têm até quinta-feira para um pente-fino, como define Cabral, em todo o texto. Nesse período, já deverão ser corrigidos alguns erros de português. Por exemplo: no artigo 56 das disposições transitórias, que dispõe sobre o Instituto da enfiteuse (aforamento de terras de propriedade da família real ou da Marinha), está escrito "remissão", quando deveria ser "remição", ou pagamento.

Os relatores terão ainda de

Só falta preparar o texto final

BRASÍLIA — Para a promulgação da nova Constituição, ainda terá de ser preparada e aprovada a redação final. Só então a Carta começará a produzir seus efeitos. Ontem, durante atodo o dia, o gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, recebeu dezenas de telefonemas de pessoas que queriam saber se os novos direitos, principalmente dos trabalhadores e servidores públicos, terão aplicação imediata.

A informação dos juristas que assessoram a Constituinte é de que tudo entrará em vigor ime-

diatamente, a partir da data da promulgação, com exceção do que expressamente dependa de regulamentação ou tenha prazo fixado, como é o caso da revisão das aposentadorias ou do cálculo das novas aposentadorias e de outros benefícios previdenciários. Mas abono de férias (um terço a mais do salário), 50%, a mais nas horas extraordinárias, licença de 120 dias à gestante e licença-paternidade de cinco dias, por exemplo, bem como toda a parte dos direitos e garantias individuais, entrarão em vigor com a promulgação.

DUAS REVISÕES

Terminado esse trabalho, o português será novamente corrigido, dessa vez por 20 constituintes liderados por um especialista: o professor Celso Ferreira da Cunha, autor da gramática da língua portuguesa mais vendida no País.

A Comissão de Redação se reunirá por dois dias, 13 e 14. Então, será publicado o texto dessa primeira revisão, a ser novamente revisado, em outra reunião da comissão, em 16 e 17. No dia 18, os constituintes recebem o texto que aprovarão em sessão única da Constituinte, no dia 22.

Aprovada a Carta na votação, o regimento dispõe que cada constituinte tem de votar o texto dez vezes. São nada menos de 5.590 assinaturas. Por isso, Ulysses Guimarães resolveu marcar a data da promulgação para 5 de outubro. Dessa sessão solene participarão o presidente José Sarney e os presidentes das Assembleias Legislativas de todos os países da América Latina, de Portugal, da Espanha e dos países africanos de língua portuguesa.

Ulysses fala em nome do amor e da fé

BRASÍLIA — Em discurso inflamado, chamando os parlamentares de "minhas irmãs e meus irmãos constituintes", o deputado Ulysses Guimarães encerrou, na madrugada de ontem, o segundo turno de votações do texto da futura Carta. O presidente da Constituinte lembrou o início dos trabalhos: "Quando partimos para a travessia, em 1º de fevereiro de 1987, a esperança estava no caos, com os olhos nos corações e nas reivindicações dos 65 milhões de brasileiros que para Brasília nos mandaram. Hoje é o alvoreço da chegada, com a âncora da Constituição chantada no chão da democracia".

Ulysses — "em nome dos constituintes, seus pais, amor, ternura e fé" — fez uma conclusão simbólica à futura Constituição: "Expulse a ditadura no Brasil, pela prática do ofício público com honestidade, competência, compromissos sociais e pela autoridade do exemplo, mais que pelo ruído das palavras. Seja escola para as crianças e analfabetos, igualdade para as mulheres e minorias discriminadas, salário condizente com distribuição de renda para os trabalhadores, proteção e estímulo para o empresário, seguridade para todos os brasileiros, inclusive 11 milhões de aposentados abandonados. Seja irmã do pobre, Moisés guiando milhões de desamparados para a Canaã da cidadania".

O deputado agradeceu a colaboração do "incansável e erudito relator Bernardo Cabral", assim como dos relatores-adjuntos, líderes partidários, funcionários do Congresso e jornalistas: Ulysses disse que sentia saudade da presidência da Constituinte: "Esforcei-me tanto por apressar o abandono desta excelsa cadeira e agora já sinto pungente saudade em deixá-la". E finalizou: "Nós nos vamos. A Constituição fica. Fica para ficar, pois com ela ficará a democracia, a liberdade, a Pátria como uma casa de todos, com todos e para todos".